

Publicidade Legal

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº.: 02/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.884/2024
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº.: 48/2023
PROCESSO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3820/2023
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA.
CONTRATADO(A): URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A, CNPJ n.º 75.076.836/0001-79. **OBJETO:** É revista a Cláusula Sétima do Contrato de origem, para prorrogar os prazos contratuais de vigência e execução em mais 12 (doze) meses, pelo valor global de R\$ 347.500,00 (trezentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais), a ser suportado pela seguinte dotação orçamentária: **OBS.:** Os Anexos citados encontram-se disponíveis, integralmente, no diário oficial eletrônico do município, site: <https://araucaria.atende.net/?pg=diariooficial>, para consulta e impressão. **TERMO ASSINADO EM:** 19 de janeiro de 2024.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº.: 02/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 3886/2024
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº.: 34/2023
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA.
CONTRATADO(A): CONSÓRCIO VEM SÃO JOSÉ, CNPJ n.º 09.661.663/0001-21. **OBJETO:** É revista a Cláusula Quinta, § 1º, do referido Contrato de Prestação de Serviços Nº 34/2023 para prorrogar os prazos contratuais de Execução e de Vigência em 12(doze) meses, conforme processo administrativo 3886/2024. Fica mantida a Cláusula Sexta do Contrato de origem, totalizando a quantia global de R\$ 10.836,88 (dez mil, oitocentos e trinta e seis reais e oito centavos), conforme processo administrativo 3886/2023. **TERMO ASSINADO EM:** 17 de janeiro de 2024.

Prefeitura do Município de Araucária, 25 de janeiro de 2024.
RYAM HISSAM DEHAINI
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas
ADRIANA DE OLIVEIRA CHAVES PALMIERI
Secretária Municipal de Educação
BRUNO RODELLI MENDES FONTES
Secretário Municipal de Saúde

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162.229/2023
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº.: 01/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO RELACIONADO Nº.: 147.278/2022
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA.
CONTRATADO(A): CENTRO DE AMPARO AOS IDOSOS JESUS MARIA JOSÉ, CNPJ n.º 00.363.296/0001-05. **OBJETO:** É revista a Cláusula Segunda do Termo de Colaboração nº 01/2023 para prorrogar o prazo de vigência e execução para 23/01/2025. **TERMO ASSINADO EM:** 24 de janeiro de 2024.

Prefeitura do Município de Araucária, 25 de janeiro de 2024.
LEONICE LARA LACERDA
Secretária Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA
COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMUNICADO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 032/2023

OBJETO: Contratação de até (duas) agências de propaganda para a prestação de serviços de publicidade para atendimento dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município.

A Comissão Especial de Licitação torna público para conhecimento dos interessados, que cumpridas as formalidades legais relativas ao julgamento da habilitação referente a Concorrência em epígrafe, julgou:

HABILITADAS AS EMPRESAS:
TIFF COMUNICAÇÃO LTDA
G/PAC COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA

Fica aberto o prazo recursal até às 18h do dia 02 de fevereiro de 2024.

Juliana Midori Catarino
Presidente

JORNAL DO
ÔNIBUS
DE CURITIBA

Abin foi usada para monitorar promotora do caso Marielle

Informação foi apurada pela PF durante investigações

Antonio Cruz/ABR

As investigações da Polícia Federal (PF) envolvendo o deputado federal Alexandre Ramagem (PL) revelam que a estrutura da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi usada para monitorar a promotora responsável pela investigação do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, além de outras autoridades. Os crimes teriam ocorrido no durante o governo de Jair Bolsonaro, quando Ramagem foi diretor da Abin. Marielle foi morta em março de 2018.



■ Estrutura da Agência de Inteligência foi utilizada para monitorar ilegalmente dezenas de autoridades públicas

Ontem a PF realizou buscas e apreensões contra Ramagem e outros investigados. Agentes estiveram no gabinete do parlamentar na Câmara dos Deputados e nas residências dele em Brasília e no Rio de Janeiro. A operação foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator das investigações na Corte.

De acordo com a decisão de Moraes que embasou as buscas, Ramagem, policiais e delegados da PF que estavam cedidos para a Abin, além de servidores do órgão, teriam participado de uma organização criminosa para monitorar ilegalmente autoridades públicas. O caso é conhecido como “Abin paralela”.

O monitoramento ilegal ocorria, segundo as investigações, por meio do uso do programa espionagem First Mile. Produzido por uma empresa israelense de defesa cibernética, o equipamento permite monitorar os passos dos alvos escolhidos por meio da localização do celular. O software foi comprado no governo Michel Temer.

Segundo os investigadores, foram monitorados a promotora do Ministério Público do Rio de Janeiro Simone Sibillo, que atuou na investigação inicial do caso Marielle, o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e Camilo Santana, que era governador do Ceará e é o atual ministro da Educação. ■

Tebet diz que veto a emendas poderá ser revisto em março

Valter Campanato/ABR

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse ontem que o governo está fazendo levantamento sobre as estimativas de receitas para avaliar uma possível revisão do veto de R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares do Orçamento deste ano. Na última terça-feira (22), o presidente Lula sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, mas vetou cerca de um terço das emendas parlamentares de comissão, um tipo de emenda coletiva designado pelas comissões temáticas do Congresso.



■ Tebet: “Fizemos um primeiro veto e podemos, lá para fevereiro, fazer qualquer alteração no momento certo”

Estavam previstos R\$ 16,7 bilhões nestas ações, mas, com o veto, a previsão caiu para R\$ 11,1 bilhões. O veto ainda pode ser derubado pelos parlamentares. “Nós tivemos que fazer vetos e os vetos não são simples. Eu não posso pegar uma parte da ação e da

programação e cortar. Ou eu corto a linha de programação inteira ou não posso cortar. Como eu não sei os acordos do Congresso Nacional que foram feitos, aquilo que eles realmente fazem questão, nós fizemos provisoriamente um primeiro veto nas ações, nas linhas de programação, e podemos, lá para

fevereiro, fazer qualquer alteração, como sempre fizemos, no momento certo”, afirmou a ministra. Tebet justificou a necessidade de corte à queda na inflação, que reduz a arrecadação de tributos, e também à estimativa de receitas após a aprovação de medidas econômicas no ano passado, que re-

sultaram em projeções menores de arrecadação. Ainda segundo Tebet, no próximo Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do governo federal, que será apresentado na segunda quinzena de março, será possível ter clareza sobre o que fazer em relação a recomposição dos cortes. ■